

Hospital de Pronto Socorro de Canoas, atingindo pela enchente do ano passado, é a única instituição que ainda não voltou plenamente



➔ Série de matérias sobre a enchente histórica de 2024:
28/04 - Tragédia anunciada
29/04 - Desafios para a Capital
02/05 - Educação pós-cheias
05/05 - Desabrigados pelas águas
06/05 - Canoas um ano depois
07/05 - Zona Sul e suas perdas
08/05 - Saúde do RS pós-cheia
09/05 - Próximos passos

Recuperação do sistema de saúde um ano após a cheia

Enchente interrompeu tratamentos, agravou doenças e desestruturou atendimento em diversas unidades no Estado



Gabriel Margonar
 gabrielm@jcrs.com.br

Stephanie Strogulski, 29 anos, convive com o diabetes tipo 1 desde a infância. Mas, em maio de 2024, ela enfrentou um risco que poderia ser fatal em poucos dias: seu estoque de insulina estava prestes a acabar, e nenhuma farmácia em Canoas dispunha do medicamento. “Corremos mais de 20 farmácias. Nada. E ficar sem insulina mata mais rápido do que fome e sede”. O desespero só foi amenizado após uma ligação ao Instituto da Criança com Diabetes (ICD), onde é acompanhada desde os nove anos. “Eles me deram o que eu precisava – e até um pouco mais, para garantir. Somente por isso, não precisei ficar nem um dia sem”.

O drama de Stephanie é apenas uma entre milhares de histórias que emergiram da maior tragédia climática da história do Rio Grande do Sul. A enchente de maio de 2024 não apenas destruiu bairros inteiros e bloqueou estradas: desestruturou também o sistema de saúde. Medicamentos sumiram das prateleiras, unidades básicas foram interditadas, hospitais precisaram ser evacuados. Segundo a Secretaria Estadual da Saúde (SES), 298 unidades públicas sofreram danos – totais ou parciais – em 87 municípios. Também foram contabilizados 218 equipamentos danificados, 244 mobiliários perdidos e 225 salas de vacinação atingidas, das quais 131 tiveram suas câmaras de conservação comprometidas.

Os dados evidenciam a dimensão do colapso. A pasta informa ainda que 247 hospitais receberam recursos para a retomada dos atendimentos, seja por impactos diretos ou indiretos. “Alguns enfrentaram dificuldade para manter os serviços. Outros viram a demanda explodir, justamente por causa do fechamento das unidades vizinhas”,

explica a secretária adjunta da Saúde, Ana Costa. De acordo com ela, a enchente afetou a área da Saúde do Estado em diferentes momentos, atingindo primeiro o Vale do Taquari, depois a Região Metropolitana e, por fim, o Sul. “Enquanto uma região começava a se reerguer, outra mergulhava na calamidade. Praticamente todo o território foi atingido, com desafios específicos em cada etapa”, afirma.

Com isso, a resposta do governo estadual se estruturou em três frentes principais: manutenção emergencial dos serviços, reestruturação das unidades e apoio técnico aos municípios. Até o momento, foram mobilizados ao menos R\$ 186,2 milhões em recursos extraordinários, sendo R\$ 45,1 milhões destinados a hospitais, R\$ 24,7 milhões à atenção primária e R\$ 9,95 milhões à compra de equipamentos. Também foram formadas 197 equipes de saúde mental e adquiridas 100 câmaras frias para reforçar a rede de vacinação.

Mas os desafios não ficaram restritos à destruição física das estruturas. As enchentes também

agravaram quadros de doenças. Em áreas alagadas e abrigos superlotados, aumentaram significativamente os casos de infecções respiratórias, diarreias, doenças de pele e, sobretudo, leptospirose. Para conter a situação, a SES afirma que distribuiu medicamentos, ativou hospitais de campanha com o apoio do Ministério da Saúde e coordenou o transporte de pacientes e insumos com as Forças Armadas.

Hoje, embora praticamente todas as unidades já tenham sido reativadas, o Hospital de Pronto Socorro de Canoas – um dos mais atingidos – é o único local que permanece sem funcionar integralmente. A previsão é de que o atendimento total seja retomado até o fim do ano, o que prolonga as dificuldades para a população da região.

No entanto, para além da destruição visível, a tragédia deixou cicatrizes profundas na saúde dos afetados, inclusive aqueles que dedicam suas vidas a cuidar de terceiros. Christian Cardoso, 46 anos, técnico de enfermagem do Hospital Mãe de Deus, estava prestes a sair de férias com a família quando a

enchente atingiu Eldorado do Sul. “Estava tudo pronto para irmos a Alegrete quando veio a tragédia. Alagou tudo, quebrou ponte, estrada. Ficamos presos. O hospital onde trabalho também foi muito afetado, com o subsolo completamente tomado pela água”, conta.

Durante o auge da crise, ele foi liberado do serviço. Mas o que poderia ser descanso virou luto e trabalho. “O cheiro da cidade, tudo coberto por lama, móveis, roupas, eletrodomésticos no meio da rua. Foi muito forte. Uma dor que só entende quem viveu. A gente suou pra conquistar tudo aquilo”, desabafa. Para ele, o maior impacto foi emocional. “Todo mundo diz que o importante é estar vivo – e é verdade. Mas ver tudo destruído mexe com a cabeça. A saúde mental ficou muito abalada.”

Hoje, ele e a família moram em um sobrado em Guaíba, longe dos amigos e das raízes de Eldorado. “A gente até pensou em voltar, mas o medo pesa. Vai que chove forte de novo, né?”. Segundo ele, a falta de uma rede de apoio sólida para os profissionais da saúde foi evidente.

Saúde mental, uma consequência ‘invisível’ aos afetados pelo evento climático

Como no caso do técnico de enfermagem, entre os impactos mais sensíveis da tragédia está o abalo psicológico da população. No auge da tragédia climática, mais de 40 Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) foram danificados, e equipes emergenciais foram acionadas para oferecer suporte. Ainda assim,

a rede pública não deu conta da demanda. Apenas nos três primeiros meses após a enchente, foram realizados cerca de 30 mil atendimentos psicossociais, segundo a Secretaria Estadual da Saúde.

Um estudo conduzido pelo Hospital de Clínicas de Porto Alegre, com mais de 5 mil pessoas afe-

tadas, revelou que cerca de 25% dos entrevistados ainda apresentavam sintomas de estresse pós-traumático oito meses após o desastre (quando foi realizado o último levantamento). Ansiedade e depressão também foram frequentes – sobretudo entre mulheres, jovens e pessoas em situação de vulnerabi-

lidade. Entre os que buscaram ajuda, 30% afirmam que não conseguiram atendimento.

A pesquisa também chama atenção para os efeitos psicológicos nos voluntários que participaram dos resgates, muitos dos quais enfrentaram situações traumáticas, como encontrar corpos e li-

dar diretamente com o sofrimento das vítimas. Essas pessoas representam uma parcela significativa daqueles com sintomas psicológicos persistentes.

Uma nova etapa do estudo será iniciada no próximo sábado, com o objetivo de medir os impactos do evento um ano após sua ocorrência.